



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 5/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11236/2014.

Apensos: Apensos: Processos nºs 10582/2013, 12792/2014, 11251/2014, 12051/2014, 11532/2014, 11527/2014, 10055/2013, 10599/2013 e 10565/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Luiz Ricardo de Moura Chagas, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 19/2015 (fls. 2173/2237) e Informação nº 1002/2015 (fls. 2296/2297).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2117/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2246/2293).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 EMITE PARECER PRÉVIO pela **DESAPROVAÇÃO** das Contas do Senhor **Luiz Ricardo de Moura Chagas**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, referente ao exercício de 2013, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

10- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 26 de Janeiro de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 5/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 90A4D8A4-C1BFC301-1A74A572-B3A58BF1



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 5/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11236/2014.

Apensos: Apensos: Processos nºs 10582/2013, 12792/2014, 11251/2014, 12051/2014, 11532/2014, 11527/2014, 10055/2013, 10599/2013 e 10565/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Luiz Ricardo de Moura Chagas, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 19/2015 (fls. 2173/2237) e Informação nº 1002/2015 (fls. 2296/2297).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2117/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2246/2293).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Cobrança Executiva. Determinações ao Responsável. Recomendações a Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Determinação ao IPAAM. Comunicação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1 Julgar Irregular a Prestação de Contas do Senhor Luiz Ricardo de Moura Chagas, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, exercício de 2013, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

9.2 Multar o Sr. Luiz Ricardo de Moura Chagas:

a) Pelo item 9.1 – Restrição 1 do Relatório/Voto, no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), pelo atraso de Janeiro a Dezembro da remessa de dados ao ACP, ou seja, pela inobservância de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 5/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

prazos legais para remessa de dados ao Tribunal, conforme disposto no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

b) Pelo item 9.1 – Restrição 2 do voto, no valor de **R\$ 1.906,03** (um mil, novecentos e seis reais e três centavos) pelo envio intempestivo da presente Prestação de Contas a este Tribunal, conforme disposto no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

c) Pelo item 7.6 – Restrição 5.12 – 1 “a” do voto, no valor de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), pela inobservância do prazo estabelecido para o envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, nos seis bimestres (de Janeiro a Dezembro), com fulcro no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

d) Pelos itens 7.3 – Restrição 5.7; 7.5 – Restrição 5.11; 7.6 – Restrição 5.12 – 1“b”; 8.1 – Restrição 6.1, 6.2, 6.3, 6.5.2, 6.5.3, 6.5.6, 6.5.7, 6.5.8, 6.5.9 e 6.5.10; 8.2 – Restrição 6.6.1, 6.6.2, 6.6.3, 6.6.4, 6.6.5, 6.6.6, 6.6.8, 6.6.9, 6.6.10, 6.6.11 e 6.7; 9.1 – Restrição 3, 4, 5, 6 e 7; 9.2 – Restrição 8, 8.1 e 8.2; 9.3 – Restrição 9, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 9.7 e 9.8; 9.4 – Restrição 10, 10.1 e 10.2; 9.5 – Restrição 11, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6; 9.6 – Restrição 12, 12.1, 12.2 e 12.3; 9.7 – Restrição 13 e 13.1; 9.8 – Restrição 14, e 14.1; 9.10 – Restrição 16, 21 e 22; 9.11 – Restrição 23; 9.12 – Restrição 24; 9.13 – Restrição 25; 9.14 – Restrição 26; 9.15 – Restrição 28, 28.1, 28.2 e 28.3; 9.16 – Restrição 29; 9.17 – Restrição 30; 9.18 – Restrição 31; 9.19 – Restrição 33 e 34; 9.20 – Restrição 35; 9.21 – Restrição 36; 9.23 – Restrição 38; 9.24 – Restrição 39; 9.25 – Restrição 40; 9.26 – Restrição 41; 9.27 – Restrição 42; 9.28 – Restrição 43; 9.29 – Restrição 44; 9.30 – Restrição 46; 9.31 – Restrição 47; 9.32 – Restrição 48 e 49 no valor de **R\$ 17.536,50** (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), por grave infração à norma legal, com fulcro no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

9.3 Determinar prazo de 30 dias para recolher as multas constantes no subitem 14.3 do voto, aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.4 Autorizar, caso o valor das referidas condenações não venham a ser recolhidos dentro do prazo estabelecido, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.5 Determinar ao Sr. Luiz Ricardo de Moura Chagas, **a devolução dos débitos**:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 5/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

a) no valor de **R\$ 107.383,14** (cento e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e quatorze centavos) referente à ICMS, item 7.2 – Restrição 5.3 do Relatório/Voto;

b) no valor de **R\$ 679,79** (seiscentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos) referente à ITR, item 7.2 – Restrição 5.3 do Relatório/Voto;

c) no valor de **R\$ 5.240,28** (cinco mil, duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos) referente à ICMS desoneração, item 7.2 – Restrição 5.3 do Relatório/Voto;

d) no valor de **R\$ 1.365,28** (um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) referente ao Simples Nacional, item 7.2 – Restrição 5.3 do Relatório/Voto;

e) no valor de **R\$ 165.246,01** (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e um centavo), item 9.9 – Restrição 15.1 do Relatório/Voto;

f) no valor de **R\$ 65.578,00** (sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito reais), item 9.9 – Restrição 15.2 do Relatório/Voto;

g) no valor de **R\$ 2.806,50** (dois mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos), item 9.9 – Restrição 15.3 do Relatório/Voto;

h) no valor de **R\$ 12.580,00** (doze mil, quinhentos e oitenta reais), item 9.10 – Restrição 17 do Relatório/Voto;

i) no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), item 9.10 – Restrição 18 do Relatório/Voto;

j) no valor de **R\$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais), item 9.10 – Restrição 19 do Relatório/Voto;

k) no valor de **R\$ 4.317.329,65** (quatro milhões, trezentos e dezessete mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), item 9.10 – Restrição 20, do Relatório/Voto;

9.6 Determinar prazo de 30 dias para recolher a devolução dos débitos constantes no subitem 14.6 do voto, aos cofres da Fazenda Pública Municipal nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.7 Autorizar, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** pela Fazenda Pública Municipal, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 5/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.8 Recomendar à Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva:

a) O cumprimento dos prazos de encaminhamento de dados e informações aos sistemas de captura de dados do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

b) O cumprimento do prazo de entrega da Prestação de Contas Anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

c) O cumprimento dos prazos de encaminhamento das Contas Anuais aos órgãos como STN, Governo do Amazonas e Poder Legislativo;

d) A publicação dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros no DOE do estado;

e) Para que efetue a devida autuação, formalização e guarda dos processos administrativos, com vistas a manter a ordem cronológica dos atos, a legalidade, eficiência, transparência à sociedade e a fiscalização deste Tribunal de Contas;

f) Para que efetue a devida legalização dos seus certames licitatórios, com vistas a garantir a observância do princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme o art. 3º, da Lei nº 8.666/93;

g) Proceder o devido enquadramento das dispensas de licitação, bem como demonstrar a razão pela escolha das empresas contratadas e as justificativas para os preços adotados;

h) Proceda a abertura dos trâmites para realização de concurso público, a fim de sanear a deficiência de pessoal da sua área administrativa e compor o Controle Interno com cargo de provimento efetivo;

i) Proceda a formulação do planejamento estratégico do Município, provido de estudos oriundos de ferramentas gerenciais, com fixação de indicadores de desempenho para as metas de curto, médio e longo prazo, bem como definindo a missão, visão e valores da Prefeitura, a fim de que a agenda estratégica municipal cumpra o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

j) Proceda a abertura dos trâmites para realização de concurso público, a fim de sanear a ausência de Procurador Geral do Município nomeado em cargo de provimento efetivo;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 5/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

k) Proceda o **preenchimento correto das notas fiscais avulsas**, bem como aceitar de seus fornecedores somente as notas fiscais corretamente preenchidas com as devidas deduções;

l) Proceda o **Recolhimento** imediato dos valores consignáveis juntos as instituições responsáveis;

m) Para que o Executivo **cumpra a determinação** constitucional de repasse até o dia 20 de cada mês ao Legislativo;

n) **Adotar** as medidas previstas no caput do art. 23 da LRF;

o) **Cumprir** a obrigação prevista art. 32, IV e os parágrafos da Lei nº 8.212 /91;

p) **Manter devidamente atualizado**, em tempo real, o Portal da Transparência da Prefeitura de Rio Preto da Eva;

9.9 Determinar ao IPAAM para que tome providências quanto à fiscalização do despejo indevido de resíduos sólidos em terreno não apropriado no município de Rio Preto da Eva.

9.10 Comunicar a Receita Federal do Brasil e ao Ministério da Previdência Social quanto a ausência da comprovação de recolhimento relativo ao INSS e IRRF.

10- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 26 de Janeiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral